

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA “LUZ DA TERRA” NO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA¹

Luiz Henrique Alves PAZZINI², Marcelo Aparecido PELEGRINI³, Fernando Selles RIBEIRO⁴

RESUMO: Este trabalho faz uma análise da implantação do programa de eletrificação rural “Luz da Terra” no município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo. É examinada a resposta da comunidade à operacionalização proposta, identificando modos de aprimorar o processo de implantação do programa nos demais municípios do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Eletrificação rural, desenvolvimento, comunidade, prefeitura

ABSTRACT: This paper do a study of “Luz da Terra” rural electrification program introduction in the city of Pindamonhangaba at the State of São Paulo, seeking show the problems detected and getting informations for the program be done in others cities of the State of São Paulo with the most efficient method.

KEYWORD: Rural electrification, development, community, town hall

INTRODUÇÃO: A eletrificação rural é uma ferramenta que pode propiciar um aumento de produtividade para as propriedades rurais. Teixeira (1988) afirma que possibilitar ao produtor rural o acesso à eletricidade pode propiciar uma melhoria no nível de renda do produtor, através da utilização da energia no campo produtivo. No entanto, apenas 1 em 4 propriedades rurais brasileiras têm acesso à eletricidade. Visando resolver o problema do déficit de eletricidade para as propriedades rurais no Estado de São Paulo, o Governo Paulista elaborou um programa de eletrificação rural que visa atender todas as propriedades rurais ainda desprovidas de tal benefício, o programa “Luz da Terra”. O programa tem explicitamente o objetivo de atender o pobre rural.

MATERIAL E MÉTODOS: Foram acompanhados todos os passos da implantação do programa “Luz da Terra” no município de Pindamonhangaba através da realização de reuniões periódicas com as comunidades rurais desprovidas de eletricidade, onde estavam presentes todas as entidades participantes da implantação do programa. Através desse acompanhamento, foram diagnosticados os problemas de operacionalização e propostas possíveis soluções para a sua resolução.

¹Trabalho originado a partir do Projeto de Pesquisa sobre Eletrificação Rural. Contrato USP/Eletropaulo/CESP/CPFL.

²Estudante do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, PEA/EPUSP. Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 158, Sala A2-13. CEP 05508-900. São Paulo - SP. Fone (011) 818-5277. Fax (011) 818-5349.

³Estudante do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, PEA/EPUSP. E-mail marcpel@usp.br.

⁴Professor Livre Docente da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. E-mail: lucia@pea.usp.br.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O programa “Luz da Terra” é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa possibilitar o acesso à eletricidade para 150.000 propriedades rurais paulistas. Esse programa conta com uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiamento que será repassado aos proprietários rurais interessados, através da Nossa Caixa Nosso Banco (NCNB). Os projetos serão feitos pelas concessionárias de energia elétrica de cada município, e os trabalhos serão executados por empreiteiras escolhidas livremente pelos interessados. Segundo Pearce; Webb (1987), possibilitar que as propriedades rurais tenham acesso à eletricidade é um incentivo para o aumento da produção agrícola, desde que essa fonte de energia seja utilizada de maneira correta. O município de Pindamonhangaba apresenta características que o credenciaram para ser escolhido como cidade piloto para a implantação desse programa. Trata-se de um município com um grande potencial para se tornar uma referência do setor agrícola para a região do Vale do Paraíba, local da sede da Divisão Regional Agrícola (DIRA) do Vale do Paraíba, e onde estão presentes diversas escolas técnicas agrícolas e um sindicato rural forte. Existe também a possibilidade de instalação nesse município de novas tecnologias para o setor agrícola, através da elaboração de convênios com Universidades. O município conta também com uma programa da Prefeitura Municipal para incentivar o retorno das pessoas para a zona rural, o programa “Volta ao Campo”, que contribuiu para que a Prefeitura demonstrasse um grande interesse na implantação do programa “Luz da Terra”. Assim sendo, as comunidades rurais envolvidas na implantação dos projetos de eletrificação rural no município foram utilizadas como um laboratório para se estudar o processo de operacionalização do programa, buscando detectar as falhas e obter dados concretos para utilização em outros municípios em que o programa for implantado. Para que a implantação do programa seja bem sucedida, é necessário que todas as entidades participantes estejam trabalhando em sintonia, juntamente com as comunidades rurais, com a Prefeitura Municipal e com a participação da sociedade civil organizada. Em Pindamonhangaba foi observado que tal situação não ocorreu da maneira esperada, o que contribuiu para a lentidão na implantação do programa. Foi constatado que existe uma grande dificuldade das comunidades se organizarem devido ao fato de se tratar de uma população humilde e com baixo grau de instrução. A falta dessa organização faz com que haja problemas na percepção da filosofia do programa entre os membros das comunidades, dificultando que ocorra a adesão de todos. A tarefa de organizar as comunidades deve ser realizada por alguma entidade, preferencialmente a Prefeitura, juntamente com o apoio da casa da agricultura local. A casa da agricultura também deve auxiliar na identificação das propriedades rurais desprovidas de eletricidade. Em Pindamonhangaba tal fato demorou a acontecer, devido a falta de sintonia entre a Prefeitura, a casa da agricultura local e a Eletropaulo. A partir do momento em que a Prefeitura colaborou com maior empenho, inclusive nomeando um coordenador para a execução do programa no município, este começou a se desenvolver de maneira mais rápida. Santos (1996) diz que no programa de eletrificação rural Proluz implantado no Rio Grande do Sul no período de 1990/92, a participação da Prefeitura, das comunidades e dos órgãos de extensão rural tiveram um papel decisivo para que o programa atingisse seus objetivos. Notou-se claramente em Pindamonhangaba que o mesmo pode acontecer no programa “Luz da Terra”, bastando apenas existir empenho político por parte das Prefeituras e desejo de participação das comunidades. A organização das comunidades

possibilita também uma maior facilidade na busca de empreiteiras para a execução dos projetos. A Prefeitura também pode colaborar nesse trabalho, colocando à disposição das comunidades uma linha telefônica e montando um banco de dados que relacione empreiteiras, fabricantes e fornecedores de material elétrico. Observou-se em Pindamonhangaba uma grande dificuldade por parte das comunidades, na realização desse trabalho, sendo que este só evoluiu quando a Prefeitura passou a contatar as empreiteiras da região, solicitando os orçamentos. Observou-se em Pindamonhangaba a importância de se contatar o maior número de empreiteiras possível, pois esse trabalho permite que se obtenha uma grande redução nos custos dos projetos. As comunidades também podem participar da construção das linhas elétricas através da participação, como mão-de-obra não especializada, na construção de redes em regime de mutirão. As comunidades podem, por exemplo, realizar a poda de árvores, cavar os buracos para a implantação dos postes, transportar os postes e realizar qualquer outro serviço que dispense a mão-de-obra especializada. Em Pindamonhangaba foi observado o caso em que numa comunidade as pessoas realizavam os serviços próximos à sua residência, conseguindo uma redução nos custos das obras. Ribeiro (1993) mostra que no programa Proluz os melhores resultados foram obtidos nos municípios onde a comunidade estava organizada, houve a participação da Prefeitura e foram realizados serviços em mutirão.

CONCLUSÕES: A experiência obtida na implantação do programa “Luz da Terra” no município de Pindamonhangaba foi de grande valia para se detectar problemas existentes na implantação do programa. Foram encontradas soluções que devem ser aplicadas em outros municípios, principalmente no que se refere a organização das comunidades e no engajamento das Prefeituras na implantação do programa. A presença de um órgão coordenador em cada município é de fundamental importância para que os trabalhos se desenvolvam com maior eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PEARCE, D.; WEBB, M. “**Rural Electrification in Developing Countries: A Reappraisal.**” Energy Policy. Londres. v. 15, n. 1, p.329-338, fevereiro de 1987.

SANTOS, J. F. M. “**Política de Eletrificação Rural.**” Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. 162 p. Dissertação de Mestrado em Ciência em Planejamento Energético.

RIBEIRO, F. S. “**Eletrificação Rural de Baixo Custo.**” Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993. 157 p. Tese de Livre Docência.

TEIXEIRA, N. “**Eletrificação Rural Simplificada - Sistema Monofilar com Retorno por Terra - MRT.**” Cadernos Finsocial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. n° 8, p. 7 - 54. Rio de Janeiro, maio de 1988.